

O presente trabalho tem por proposta analisar a tragédia grega *Antígona* a partir do significado de viver sob o Direito, explorando as leis escolhidas por cada personagem para serem seguidas. A pesquisa não visa à mera descrição dos atos e decisões da peça teatral, mas sim a entender e questionar valores e conceitos sobre a questão ética e a submissão às normas. A tensão entre obediência e transgressão, qualquer seja a natureza da regra (jurídica, moral, cultural) existe desde a formação da sociedade – e também do Direito. Basilar para a distinção do justo, a lei entra em conflitos com decisões políticas e tradições, por vezes até contrariando o próprio princípio que a criou. No entanto, este conflito toma novas configurações na era pós-moderna: liquidez e velocidade das ações, individuais e coletivas, contrastam com a lenta marcha do Judiciário e Governo nas suas respostas sociais. A obediência encontra-se questionada não só pelo conteúdo da regra, mas também pela demora da solução. A metodologia a ser utilizada é a dialética entre as visões de Direito e Lei representadas por cada personagem, bem como entre o significado da tragédia na Antigüidade e no mundo Pós-contemporâneo; através da leitura de autores como Zenon Bánkowski e Kathrin Rosenfield. Tem-se como resultado parcial a nova interpretação que pode ser trazida a esta tragédia, tantas vezes lida como simples entrelhecho de opostos. A visão aqui pretendida para Antígona e Creonte, longe de apenas oposição entre direito natural e direito positivo, refere-se a ambos como uma busca desequilibrada por certeza e justiça. No entanto, feita a escolha pela obediência, qual é a Lei certa, a Lei justa para ser seguida? É possível viver com ética e ser submisso às normas?